

## **Trabalho e mercado mundial no patrimônio rural do Vale do Paraíba cafeeiro<sup>1</sup>**

**Rafael de Bivar Marquese**

Departamento de História/FFLCH-USP

### **Os lugares da memória e as fazendas históricas do Vale do Paraíba**

Estamos aqui reunidos para discutir o patrimônio agro-industrial na América Latina e suas interfaces com os lugares da memória. Nada mais adequado, por conseguinte, do que iniciar tratando muito brevemente do próprio conceito que dá ensejo ao encontro.

Ao chamar a atenção há quase trinta anos para a importância dos “lugares da memória” na constituição da identidade nacional francesa, Pierre Nora apontou a relação entre a monumentalização do passado e o surgimento de um novo regime de historicidade no século XVIII, isto é, a concepção da história como progresso, como um processo interminável de vir a ser passível de apreensão por meio do emprego de métodos científicos capazes de reconstituir de modo verdadeiro os eventos que se passaram. Consolidou-se, assim, uma contraposição tensa, porém complementar entre *memória* (saber assistemático, ligado em geral aos extratos populares iletrados) e *história* (saber científico, metódico). Desde o século XIX, o saber histórico buscou, por um lado, destruir a memória (sobretudo sua acepção de que há uma linha de continuidade direta entre passado – presente), mas, por outro lado, ele pretendeu preservá-la seletivamente em arquivos, museus e monumentos. Nesse movimento, a memória conservada por ações deliberadas e conscientes adquiriu enorme força para a representação do passado e, portanto, para a construção identitária no presente. No regime de historicidade vigente, não há mais “memória espontânea”; criam-se arquivos, celebram-se aniversários, efemérides etc., pois tais atividades não mais ocorrem naturalmente. O poder da produção historiográfica reside exatamente nesse ponto, isto é, em sua capacidade de produzir memória. Nas palavras de Nora, “*o que nós, hoje, chamamos memória não é efetivamente memória, mas sim história.*” Para funcionar a

---

<sup>1</sup> Conferência apresentada ao *Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial – Lugares da Memória*, promovido pela EESC-USP, em São Carlos (SP), entre 19 e 22 de outubro de 2010.

conteúdo, essa memória depende de espaços específicos, denominados por Nora como “lugares da memória”, simultaneamente *materiais*, *simbólicos* e *funcionais*. Há muito se sabe que a produção do saber histórico se inscreve no campo das lutas sociais. Não constitui novidade, portanto, afirmar que os lugares da memória são poderosos produtores de tradições inventadas e de mitos, centrais nas relações sociais de poder.

Essas considerações, ainda que sintéticas, são relevantes para introduzir o tema que irei abordar, isto é, as fazendas de café oitocentistas situadas na bacia do rio Paraíba do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), ou, simplesmente, Vale do Paraíba. As chamadas “fazendas históricas do Vale” (expressão, em si, bastante problemática), abertas à visitação em número crescente a partir do início da década de 1990, podem ser tomadas como um dos principais “lugares da memória” do Brasil do século XIX.

Tendo-se em conta a escala do público que as consome, podemos verificar de saída o enorme poder social de representação do passado que essas fazendas contêm. Devemos lembrar não apenas daqueles que as visitam dentro dos roteiros turísticos (sobretudo relevantes no Estado do Rio de Janeiro) ou de atividades escolares extra-classes como, também, do papel dos meios áudio visuais de massa para sua divulgação. Desde a década de 1970, várias novelas, minisséries e filmes as utilizaram como locação ou cenário, com efeitos multiplicadores de seus sentidos. Essas fazendas são lugares da memória altamente relevantes, pois elas funcionam para o público que as visita ou as consome visualmente por meio das telas de uma televisão como um vetor poderoso de produção de imagens e representações sobre a formação do Brasil e de nossa nacionalidade.

Todos os que estão neste seminário são especialistas no assunto e conhecem bem a arquitetura dessas fazendas. Sendo assim, no momento cabe somente a rápida lembrança sobre o que está de pé nessas fazendas e o que nelas se visita (com as devidas exceções de praxe, é bom que se diga). A típica fazenda aberta à visitação contém apenas a casa de vivenda, ou “casa grande” na terminologia consagrada pelo século XX; em geral, bonitos jardins e gramados as circundam; muito poucas contêm as instalações produtivas do século XIX, como terreiros, casa de engenho, tulhas e, em especial, senzalas. As modificações arquitetônicas sofridas por essas antigas unidades escravistas – que derivaram das próprias transformações econômicas ocorridas após a crise da escravidão e da cafeicultura no Vale – adquiriram um novo sentido a partir das décadas de 1970 e 1980, quando se tornou moda

entre endinheirados do eixo Rio – São Paulo adquirir fazendas no Vale. Seu significado passou então a ser o de uma espécie de *country house*, ou seja, elas se tornaram exclusivamente “vilas de deleite” e de pesada representação social, obtida com jardins magníficos, reformas e reconstruções e decoração interior com mobiliário adquirido em antiquários. Foi exatamente nesse momento (melhor dizendo, uma década depois) que as fazendas entraram no circuito turístico/escolar e, também, que começaram a aparecer com maior frequência nas telas das grades redes de televisão.

Dentro dos padrões atualmente vigentes, a visitação se resume em geral a um passeio pelo interior das casas de vivenda, com uma narrativa sobre os proprietários oitocentistas – “os barões do café” – e seus grandes feitos, quando suas ações se mesclam a eventos maiores do Império do Brasil. O que se apresenta, portanto, são as “memórias da casa grande”, ativadas em geral por uma incrível tralha doméstica e por notáveis exemplares arquitetônicos. O tema da escravidão ou é evitado ou é tocado tangencialmente, com uma ênfase recorrente em *petites histoires* de crueldade e benevolência. Apesar da superficialidade de tratamento do tema da escravidão, há uma clara matriz historiográfica nesses discursos, que bebem em Gilberto Freyre e na historiografia da escravidão dos anos 1960 e 1970, produzindo uma síntese de imagens contraditórias como as do “senhor benévolo” e do “escravo-coisa”.

Retomando Nora, os lugares da memória são espaços *materiais, simbólicos e funcionais* abertos às lutas pelo passado, que, no fim das contas, representam lutas pelo presente. A grande vítima, nesses lugares da memória que são as fazendas de café do Vale do Paraíba, é a *memória do trabalho*. A dimensão da exploração humana que deu origem a tais exemplares arquitetônicos desapareceu do horizonte da produção dos sentidos e do consumo de sua memória. Ressalto, aqui, sua relação direta com as engrenagens do tráfico negreiro transatlântico.

### **O tráfico negreiro e a memória do trabalho**

Este é um ponto absolutamente essencial para as lutas do presente e a construção da memória do país. Gostaria de fundamentá-lo recorrendo aos dados demográficos disponíveis no sítio [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org).

	Estados Unidos	Caribe Britânico	Caribe Francês	América holandesa	Caribe Dinamarquês	América Espanhola	Brasil	Total
1501-1600	0	0	0	0	0	169.370	29.275	<b>198.645</b>
1601-1700	15.147	310.477	38.685	124.158	18.146	225.504	784.457	<b>1.516.574</b>
1701-1800	295.482	1.813.323	995.133	295.215	68.608	145.533	1.989.017	<b>5.602.312</b>
1801-1866	78.117	194.452	86.397	25.355	22.244	752.505	2.061.625	<b>3.220.695</b>
<b>Total</b>	<b>388.747</b>	<b>2.318.252</b>	<b>1.120.216</b>	<b>444.728</b>	<b>108.998</b>	<b>1.292.912</b>	<b>4.864.374</b>	<b>10.538.227</b>

Desembarques de escravos africanos nas Américas, 1501-1866

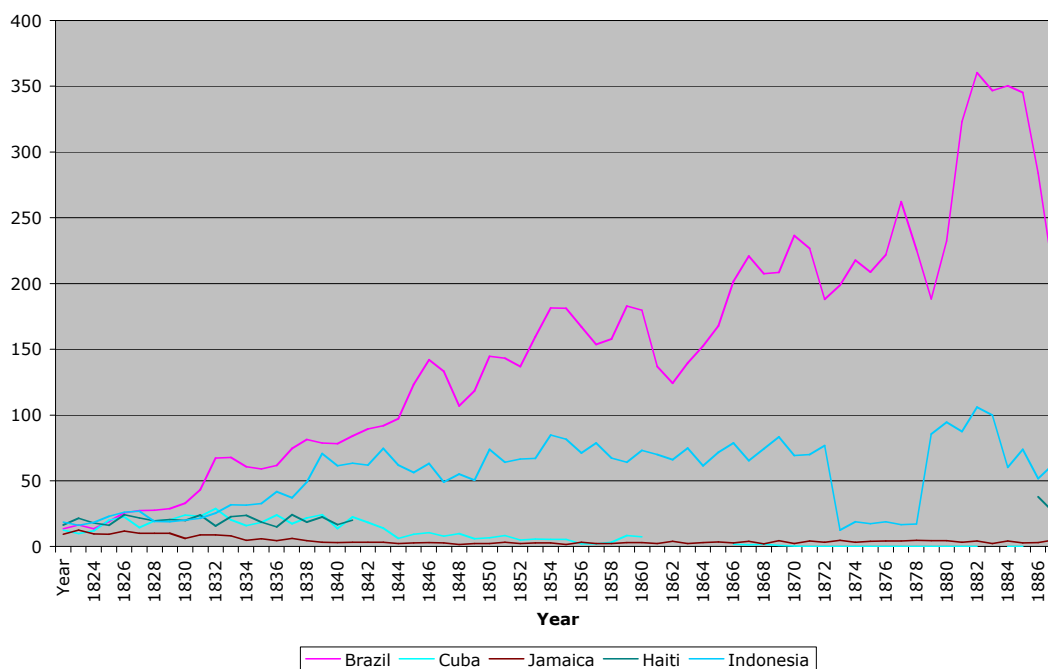
	Brasil
	Litoral de SP, RJ e ES
1835	30.000
1836-1840	208.109
1841-1845	99.215
1846-1850	208.899
<b>Total</b>	<b>546.223</b>

Desembarques de escravos africanos no Brasil, 1835-1850

Como se pode ler nessas tabelas, em apenas quinze anos (1835-1850), foram desembarcados nos portos do Centro-Sul do Brasil (sobretudo no litoral fluminense) mais de 10% de todos os africanos que aqui chegaram como escravos ao longo de três séculos (1550-1850), o que representa cerca de 5 % de todo o tráfico transatlântico negreiro para o conjunto das Américas, das descobertas de Colombo ao fim do tráfico para Cuba, em 1866. Trata-se, portanto, do volume máximo da história do tráfico negreiro.

Conforme argumentei em um artigo escrito em parceria com Dale Tomich (publicado no volume II da coleção *O Brasil Imperial*, organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles e editada em 2009 pela Civilização Brasileira), de onde retiro as informações que doravante fornecerei, a oferta abundante e barata de escravos constituiu um dos segredos do sucesso da produção cafeeira do Vale do Paraíba. Vejamos o seguinte gráfico a respeito da produção mundial de café no século XIX:

### Coffee Exports, 1823-1888



**Fonte:** Mario Samper & Radin Fernando, “Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960”, in: William Gervase Clarence-Smith & Steven Topik (org.), *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp.411-62.

Como esses números relativos à produção de café do Brasil – até fins da década de 1860, quase exclusivamente concentrada no Vale do Paraíba – se articulam com os números referentes ao tráfico transatlântico de escravos? O custo dos escravos não pode ser tomado como uma variável econômica independente, vinculada apenas ao jogo da oferta e da procura. A campanha sistemática comandada pela Inglaterra contra o tráfico negreiro transatlântico e a própria escravidão exigiu dos espaços escravistas (isto é, Brasil e Cuba) em expansão uma resposta política concertada. No caso do Brasil, sua independência em 1822 abriu um flanco para a pressão inglesa, pois desde o Tratado de 1817 com a então Coroa Portuguesa a questão estivera congelada no plano diplomático. Em troca do reconhecimento formal do novo Estado soberano, a Inglaterra exigia de D. Pedro I compromisso efetivo com o encerramento do tráfico. A matéria se resolveu apenas em 1826, com a assinatura da convenção que previa o fim do tráfico entre África e Brasil para três anos após sua ratificação pela Inglaterra, o que ocorreu em 13 de março de 1827. A

arenga diplomática, além de erodir parte não desprezível do capital político do primeiro imperador do Brasil e contribuir para sua queda em 1831, foi acompanhada de perto por negreiros e fazendeiros, que aceleraram as importações na segunda metade da década de 1820. Entre 1821 e 1825, foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro cerca de 112.000 africanos escravizados, ao passo que no lustro seguinte chegaram 186.000 cativos. A aceleração das importações expressava com nitidez a concepção coeva de que o tráfico seria efetivamente encerrado em 1830.

Os anos de maior introdução de cativos africanos pelo porto carioca (1828 e 1829, com 45.000 e 47.000 africanos respectivamente) encontraram correspondência nas safras abundantes de 1833 e 1834, quando a cafeicultura do Vale dobrou o volume da produção obtida em 1831. Vê-se, portanto, que parte considerável desses novos escravos foram parar em fazendas de serra acima. A produção de café brasileira girou em torno desse patamar até 1838, quando voltou a crescer, de início lentamente, para dar um novo salto a partir de 1842, com 84.221 toneladas; em 1843, 89.550; em 1844, 91.980; em 1845, 97.440; em 1846, 123.300. A produção de 1847 chegou a 141.810 t, maior volume anterior ao tráfico, estabilizando-se até o novo salto da safra de 1855, de 181.290 t.

Com os números das safras da década de 1840, quer ressaltar a correlação estreita que houve entre o crescimento da cafeicultura e a escravaria adquirida no trato atlântico, e, em particular, o quanto a produção de 1842 em diante contou com cativos africanos comprados após 1835. Para tanto, a ação ensaiada dos fazendeiros do Vale do Paraíba com os grupos políticos ligados ao Regresso foi fundamental. Conforme a letra do tratado anglo-brasileiro de 1827, o tráfico cessaria em março de 1830. Com o objetivo de reafirmar a soberania brasileira na questão, um Parlamento bastante fortalecido com a queda de D. Pedro I aprovou a lei de 7 de novembro de 1831, que trazia disposições draconianas para combater o tráfico: os africanos que doravante fossem introduzidos em território nacional seriam automaticamente libertados, prevendo-se seu retorno imediato à África; os transgressores – vendedores ou compradores – seriam submetidos a processo criminal; as denúncias contra a prática tanto do desembarque ilegal como da mera posse de escravos ilegais poderiam ser apresentadas por qualquer indivíduo. Nas letras da lei, portanto, os fazendeiros que adquirissem africanos no trato transatlântico ficariam expostos a severas punições. Usualmente reputado como “para inglês ver”, o decreto de 7 de novembro

pretendia de fato acabar com o tráfico transatlântico, e deste modo foi lido pelos coetâneos. Tanto é assim que, entre 1831 e 1835, as entradas diminuíram abruptamente (cerca de 4.000 no centro-sul do Brasil), tornando-se o tráfico como que residual.

De 1835 em diante, ocorreu uma reversão profunda nesse quadro. As vozes pró-escravistas voltaram a se articular nos espaços de opinião pública após um período de refluxo, e uma ampla coalizão de ex-liberais moderados e ex-caramurus com setores dos proprietários rurais mais capitalizados do centro-sul – base da formação do futuro Partido Conservador – passou a advogar pura e simplesmente a anulação da lei de 7 de novembro de 1831. Nesse movimento de mão-dupla entre as demandas de grupos sociais expressivos e os esforços de arregimentação de eleitores por parte de uma nova força política, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desempenharam papel fulcral. Por meio de pressão política direta e de ações no espaço público, davam a ver sua disposição para reabrir o tráfico. Dos vários exemplos que poderiam ser citados, cabe lembrar uma representação que a Câmara de Valença – município do coração cafeeiro do médio Vale do Paraíba fluminense – endereçou ao Parlamento imperial em meados de 1836. Assinado por figuras de proa do senhoriato local (Manoel do Vale Amado, Camilo José Pereira do Faro, João Pinheiro de Souza, Visconde de Baependy), dizia o documento:

*“Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação. A Câmara Municipal da Vila de Valença, tendo-vos já pedido providências sobre a lei de 7 de Novembro de 1831, vem hoje novamente lembrar-vos que lanceis Vossas vistas sobre a mais respeitável e interessante porção da população do Império, que a maior parte está envolvida na infração da mencionada lei, porque a necessidade a ela os levou; cumpre portanto a Vós, Augustos e Digníssimos Senhores, evitar a explosão que nos ameaça, derogando em todas as suas partes a dita lei de 7 de Novembro de 1831, porque sua execução é impraticável e ela, longe de trazer benefício a Vossos Concidadãos, os insinua à imoralidade; sua derrogação é de reconhecida utilidade, e sua execução seria concitar os Povos a uma rebelião e formal desobediência, por que essa maioria respeitável de Vossos Concidadãos de qualquer das formas procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas, adquiridas com tantas fadigas e suores” (O Sete de Abril, 13 de julho de 1836).*

Contra a eventualidade de execução da lei, que libertaria os cativos importados após 1831 e colocaria nas barras dos tribunais seus possuidores, os representantes dos cafeeiros ameaçavam o poder público com a possibilidade de resistência aberta. O que estava em jogo, no entanto, não eram apenas os africanos até então adquiridos, mas os que doravante seriam comprados. Ao tornarem a matéria – desde 1835 – pauta de campanha

política, os agentes do Regresso Conservador acenaram aos traficantes e cafeicultores que dariam sinal verde à retomada do infame comércio. A estratégia funcionou muito bem, pois, na segunda metade da década de 1830, enquanto desembarcavam nos portos do centro-sul do Império mais de 200.000 africanos ilegalmente escravizados, número que subiu para mais de 300.000 na década seguinte, os saquaremas conseguiram impor integralmente sua agenda à política imperial.

Vê-se, por conseguinte, que o avanço cafeeiro do Brasil dependeu de modo estrito de acordos políticos internos que dessem segurança institucional aos que investiam no ramo. Todos os escravos africanos importados depois de 1831 eram formalmente livres, mas em momento algum o Estado brasileiro questionou a posse efetiva dos fazendeiros. Com essas informações, quero lembrar que todo o luxo e o deleite das fazendas de café do Vale do Paraíba fundaram-se no tráfico transatlântico negreiro, em uma operação que envolveu diretamente os construtores do Estado nacional brasileiro em flagrante delito. Não trazer essa dimensão para o primeiro plano do consumo turístico, escolar e televisivo significa ocultar a memória do trabalho no Brasil.

### **A economia-mundo capitalista e as paisagens da escravidão**

Mas, há também outro problema, para além da ocultação da memória do trabalho escravo e de suas implicações políticas: o isolamento dessas fazendas do mundo mais amplo que as produziu, isto é, a economia-mundo capitalista. Em um projeto desenvolvido em parceria com Reinaldo Funes, Dale Tomich e Carlos Venegas sobre as novas paisagens da escravidão oitocentista, procuramos apontar como as fazendas de café do Vale do Paraíba compartilham uma história comum com os grandes engenhos açucareiros de Cuba e as fazendas de algodão do Baixo Vale do rio Mississippi.

Com efeito, em um contexto de expansão acelerada da economia mundial como o que se verificou no século XIX, as sociedades escravistas do Novo Mundo passaram por profundas alterações econômicas e políticas. As modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial impuseram aos senhores de escravos das Américas a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. As forças então colocadas em jogo levaram, por um lado, ao colapso de antigas regiões produtoras no Caribe inglês e francês, que, afora se



verem acuadas por movimentos antiescravistas comandados a partir de suas metrópoles, haviam chegado aos limites máximos de sua capacidade produtiva, mas, por outro, conduziram à abertura de oportunidades para regiões que até então haviam estado na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse movimento, os destinos do Sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil – cada qual se especializando na produção escravista em larga escala de algodão, açúcar e café – se entrelaçaram de modo estreito, conformando uma nova estrutura histórica, a “segunda escravidão”. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico. A arquitetura das *plantations* e as práticas de administração de suas paisagens foram igualmente modificadas. Novas práticas e idéias sobre a gestão agrícola e do trabalho foram combinadas com novas modalidades de construção dos espaços de produção e de moradia e, portanto, com novas relações de poder e prestígio.

Se as *plantations* que então surgiram no ocidente cubano, nos estados do Mississippi e da Louisiana e no Vale do Paraíba manifestavam um desígnio de comando sobre a terra e o trabalho inscrito em uma longa tradição que remontava à *villegiatura* palladiana, elas foram não obstante marcadas por novas relações entre função e representação. De fato, o espaço delas revelava uma conjugação funcional e simbólica particular de racionalidade econômica, de controle social, de autoridade e de prestígio. A organização espacial das propriedades rurais e as características arquitetônicas de seus edifícios expressavam, para além do poder econômico e social de seus donos, significados e valores culturais próprios. Suas casas de vivenda eram marcadas pela ênfase no vocabulário erudito em detrimento de soluções vernaculares, bebendo de modos distintos na “tradição da casa-grande” para evocar a autoridade do passado. Ao mesmo tempo, contudo, elas afastaram dos padrões antigos da arquitetura da *villa* palladiana na medida em que os imperativos funcionais – econômicos e sociais – do complexo da *plantation* escravista redefiniram profundamente a relação entre função e representação. Nas fazendas de café do Vale do Paraíba, nos engenhos de açúcar do ocidente cubano e nas *plantations* algodoeiras do Baixo Mississippi os aspectos simbólicos estavam estritamente integrados às atividades produtivas. Nesse sentido, moradias dos trabalhadores, maquinário e espaços produtivos –

as moendas e as caldeiras de um engenho de açúcar, os casebres escravos alinhados de uma *plantation* de algodão, o terreiro de uma fazenda de café – em si assumiam significados simbólicos que definiam o espaço representacional da *plantation*.

As combinações aparentemente paradoxais dessa forma de organização social e econômica de exploração dos trópicos – em especial a articulação com mercados capitalistas metropolitanos e o emprego de trabalho sob coerção (escravo, predominantemente) em larga escala em grandes propriedades rurais – levaram os cientistas sociais a debaterem, desde a primeira metade do século XX, se a *plantation* foi uma manifestação plena do mundo capitalista moderno, uma forma pré-capitalista associada ao latifúndio da Europa pré-moderna ou um produto específico da colonização do Novo Mundo. Da década de 1950 em diante, consolidaram-se *grosso modo* três vertentes de tratamento do assunto. A primeira, com base em distintos aportes teóricos, esforçou-se em construir um modelo tipológico abstraindo feições geográficas e históricas particulares com o objetivo de identificar as características comuns (instituições, padrões culturais) a todas as *plantations*, independentemente de tempo, espaço e modalidades de trabalho; a segunda vertente procurou compreender o tema dentro da mecânica de funcionamento dos modos de produção, enquanto a terceira encarou a *plantation* – escravista ou não – como uma das formas de produção vigentes na periferia da moderna economia-mundo capitalista. Não obstante seus inegáveis méritos, cada qual dessas vertentes produziu versões parciais e estanques do fenômeno, não raro conduzindo a abstrações anistóricas.

Afastando-se dessas três vertentes, o projeto que desenvolvi com Funes, Tomich e Venegas trata a produção do espaço da *plantation* (paisagem e ambiente construído) como um processo histórico mediado pelas “*condições espaciais metahistóricas*” e pelos “*espaços históricos da organização humana*”, conforme os termos de Reinhart Koselleck. Tal perspectiva permite a integração, em um campo analítico unificado, tanto de problemas como ecologia, técnica e trabalho como de relações e processos sociais. A *plantation* aparece, assim, como um conjunto de relações que operam em escalas temporais e espaciais diversas – da longa à curta duração, da arena da economia-mundo ao plano nacional, regional e local. Com tal enquadramento, torna-se possível reconstruir as condições concretas e específicas da agência dos sujeitos sociais e suas conseqüências. Espaço e tempo, afinal, são pressupostos de toda e qualquer ação humana. As relações sociais têm

necessariamente expressão espacial, ao mesmo tempo em que a natureza e seus espaços constroem e possibilitam a agência humana. O enfoque proposto cuida dos processos ativos que conformaram os ambientes das *plantations* a partir de relações sociais historicamente determinadas e, reversivamente, dos meios pelos quais esses ambientes determinaram as relações sociais inscritas na exploração econômica das *plantations*.

As zonas investigadas – o Baixo Vale do Mississippi, o Vale do Paraíba e o ocidente de Cuba – representaram três respostas locais ao novo quadro econômico mundial do século XIX, estando, ao mesmo tempo, profundamente inter-relacionadas. Apesar de suas especificidades marcantes (dadas pela conformação territorial e geográfica, pelas tradições culturais e pelos quadros políticos distintos) alguns pontos indicam a dimensão unificadora de suas trajetórias. Nessas três zonas, a escala de operação das *plantations* foi inédita, com o surgimento de novas plantas produtivas das unidades escravistas algodoeiras, cafeeiras e açucareiras. O quadro político construído em cada qual (república federativa, monarquia constitucional e colonialismo renovado em uma nova ordem imperial) respondeu a um mesmo feixe de forças antagônicas internas e externas (resistência escrava, anti-escravismo anglo-americano), com a elaboração de novas formas de dominação social fundadas nas experiências adquiridas após a Era das Revoluções (em especial após a Revolução Haitiana). Nessas três zonas, as grandes *plantations* – ainda que se conjugassem com outras formas de exploração rural – ocuparam papel de destaque, pelas dimensões territoriais, pela escravaria empregada, pelo volume da produção, pela elaboração arquitetônica. Elas estiveram no coração da constituição da modernidade oitocentista, na própria definição de sua essência, marcada pela transformação nos padrões de consumo dos artigos tropicais nas zonas industriais centrais da economia-mundo e pela correlata degradação do trabalho e da natureza nas zonas periféricas. O domínio dessas *plantations* sobre a paisagem e o ambiente construído também produziu regimes fortemente hierarquizados não apenas entre senhores e escravos, mas igualmente no mundo dos livres, guardando relação direta com a hegemonia dos grandes senhores em cada contexto político específico. O espraiamento de padrões de consumo refinado emanados das áreas centrais da economia-mundo para as zonas periféricas (expresso nos novos artefatos inscritos nas casas grandes e em seus próprios desenhos arquitetônicos) muito contribuiu para tanto,

diferenciando essas três regiões dos outros espaços escravistas americanos que as haviam precedido.

Qual a relevância do projeto que desenvolvi com meus parceiros para o tema deste nosso encontro, hoje? A resposta é simples: as fazendas de café do Vale do Paraíba contêm, em si, toda a história da formação do mundo capitalista, que é o mundo em que vivemos. Olvidar essa dimensão desses lugares da memória significa, em duas palavras, não compreender o nosso próprio tempo e, portanto, reiterar as estruturas vigentes de poder.